

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.458 - SP (2019/0356378-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VIVIAN MARIA LOPES - SP199591
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JAILTON BATISTA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. EXECUÇÃO DA PENA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO MAIS ATUAL DO STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO.

Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Jailton Batista da Silva** – condenado como incurso no crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que, após o esgotamento do segundo grau de jurisdição, determinou a execução da pena imposta ao acusado na Ação Penal n. 0011306-54.2016.8.26.0050.

Alega-se, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal na execução da pena imposta ao paciente antes do trânsito em julgado da ação penal.

Postula-se, então, a concessão liminar da ordem para que seja revogado o mandado de prisão expedido contra o paciente.

É o relatório.

De fato, em julgamento realizado no dia 7/11/2019, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar as Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54, por maioria, decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena.

Superior Tribunal de Justiça

Em face do exposto, **concedo liminarmente** a ordem para assegurar ao paciente o direito de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade, salvo prisão por outro motivo, fundamentadamente.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

